

UFRJ – 100 ANOS

Cerca de 30%  
dos 700 itens da  
coleção Imperatriz  
Teresa Cristina  
foram resgatados

# DOIS ANOS DEPOIS DO INCÊNDIO

Museu Nacional resgatou 90% das peças não totalmente destruídas pelas chamas e conta com quase 45% da verba para iniciar sua reconstrução em 2021

Vivi Fernandes de Lima



**D**esde março, por causa da pandemia de Covid-19, estão suspensas as atividades de busca por vestígios de coleções ainda abrigadas nos escombros do Museu Nacional (MN), que se incendiou em 2 de setembro de 2018. O retorno dos trabalhos de resgate no combalido Palácio (ou Paço) de São Cristóvão, que abriga a instituição vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), está previsto para o início do próximo ano, mas depende da diminuição do índice de contágio da doença para ser liberado. A direção do museu estima que recuperou 90% do material possível de ser resgatado e bastariam mais seis semanas para finalizar essa etapa. Segundo laudo divulgado em abril do ano passado pela Polícia Federal, o incêndio deve ter começado com uma sobrecarga elétrica em um aparelho de ar-condicionado.

Cercado por tapumes, o palácio atualmente recebe poucas visitas, além da presença de vigilantes e de inspeções periódicas de membros da diretoria do MN. “A pandemia não interferiu tanto no trabalho de reconstrução do museu porque estamos na fase de elaboração de projetos”, explica o paleontólogo Alexander Kellner, diretor da instituição. A meta é reinaugar o MN em 2025, com o interior do palácio modernizado. Em razão das comemorações do Bicentenário da Independência e da importância histórica da construção na Quinta da Boa Vista, que, antes de abrigar o museu, foi residência oficial da família imperial no século XIX, existe a possibilidade de ocorrer uma abertura parcial em 2022. Também está prevista para o ano do bicentenário a abertura de um minicentro educacional do Museu Nacional, fora das instalações do palácio, destinado ao público escolar. O minicentro deverá funcionar no *campus* de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional/UFRJ, uma área de 44 mil metros quadrados ao lado do parque da Quinta da Boa Vista, que vai abrigar um prédio administrativo, edificações para a área acadêmica e laboratórios de manuseio de coleções em meio líquido e outras construções destinadas a laboratórios de pesquisa e

manutenção de acervo. Até o incêndio, boa parte dessas atividades, além das amostras destinadas ao público, era concentrada no Palácio de São Cristóvão (*ver reportagens de Pesquisa FAPESP sobre os impactos do incêndio na edição nº 272*).

A busca por verbas para financiar a reconstrução do MN e criação do novo *campus* continua. Dos R\$ 372 milhões previstos para essa finalidade, o museu obteve, até agora, menos de 50% do total, R\$ 162 milhões. “Não temos nem o montante para a realização da primeira parte da reabertura”, diz Kellner. Para viabilizar o restauro e a reconstrução física de sua sede, a instituição conta com o projeto Museu Nacional Vive, uma parceria que reúne a UFRJ, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Fundação Vale.

Os projetos para restauração das fachadas e recuperação do telhado estão prontos e aprovados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), uma obrigatoriedade legal. “O Paço de São Cristóvão e a Quinta da Boa Vista foram tombados em 1938”, explica a arquiteta Maria Paula von Biene, do Escritório Técnico do Museu Nacional, que se dedica às diversas etapas de reconstrução do palácio, com o desafio de zelar pela sua história. “A proposta para as fachadas, que, aliás, resistiram ao incêndio e se mantêm fortemente erguidas, é restaurá-las e resgatar a identidade arquitetônica do palácio e de sua relação com a Quinta da Boa Vista.”

Com orçamento de cerca de R\$ 50 milhões, essa fase deve ser custeada com recursos da iniciativa privada, além do repasse de R\$ 20 milhões a ser feito pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). De acordo com cronograma divulgado pela diretoria do MN, até o final de 2020 serão iniciados o desenvolvimento dos projetos de arquitetura, jardins e museografia e as obras de recuperação de ornatos e elementos decorativos do palácio e do Jardim das Princesas. Também está prevista a realização da reforma e ampliação da Biblioteca Central do museu, que fica no Horto Botânico, prédio anexo ao palácio que não foi atingido pelo fogo.



1 Afrescos de Pompeia antes do incêndio (*acima*), seus fragmentos esbranquiçados recuperados (*ao lado*) e o trabalho de garimpar e juntar partes de peças



**E**m 2 de setembro deste ano, dia do segundo aniversário da tragédia, uma equipe de pesquisadores do museu divulgou uma boa notícia: a recuperação, ainda que com danos, de cerca de 30% da coleção Imperatriz Teresa Cristina, composta de um total de 700 objetos e afrescos datados do século VII a.C. a III d.C. das cidades de Pompeia e Herculano, no sul da Itália. Entre as peças salvas, estão quatro afrescos do templo de Ísis, em Pompeia. “A reserva técnica de arqueologia abrigava seis armários com a coleção da imperatriz, e eles se mantiveram de pé e fechados durante o incêndio. Foi possível retirar prateleira por prateleira”, conta a arqueóloga Ângela Rabello, do MN. Também foram resgatados quase 300 peças e fragmentos da coleção egípcia, que contabilizava originalmente 700 objetos funerários. Entre os restos do incêndio, foram recuperadas esculturas de Bes, Deus protetor das crianças, da dama do cone (agora sem o cone que ficava sobre a cabeça) e estatuetas mortuárias. “As múmias e os sarcófagos foram danificados, mas nossa coleção egípcia continua sendo a maior da América Latina”, comenta Rabello.

O trabalho de recuperação das peças de coleções requer a montagem de quebra-cabeças com seus fragmentos. A química Neuvânia Ghetti, coordena-

nadora do Núcleo de Conservação do Resgate de Acervos do MN, explica que os protocolos utilizados foram desafiadores por causa das especificidades do acervo. “Cada peça, cada caixa, cada gaveta que era resgatada trazia novas questões, desafios devido ao comportamento muito específico de cada material”, comenta Ghetti. Segundo ela, é preciso entender os tipos de interação que houve com o meio, devido à alta temperatura, luminosidade, impacto dos escombros e contato com água. Num dos afrescos de Pompeia, com pinturas de um dragão e dois golfinhos, ocorreu, por exemplo, uma mudança muito visível na coloração: “Do negro passou para o branco, houve um esmaecimento do pigmento, prova da impressão de uma alta energia recebida, que agora está se estabilizando no afresco de outra forma”, diz a química.

O incêndio forçou o realocamento das áreas acadêmicas que funcionavam dentro do palácio para estruturas físicas do museu que foram poupadas pelo fogo. O prédio do Horto Botânico passou a abrigar temporariamente funcionários dos setores diretamente atingidos pelo desastre. Originalmente, o Horto abrigava os departamentos de Botânica e de Vertebrados, além da Biblioteca Central. “Praticamente a totalidade dos departamentos de Entomologia e de Geologia e

Paleontologia, além de alguns pesquisadores da seção de Invertebrados, estão agora instalados no prédio”, conta o zoólogo Ronaldo Fernandes, coordenador do Departamento de Vertebrados. Além dos docentes, também os alunos da pós-graduação, que continuam trabalhando em suas dissertações e teses, estão alojados no Horto. Até o início da pandemia, havia a necessidade de um certo rodízio de pessoas para não congestionar demais a área. Hoje, o trabalho remoto se tornou norma em razão das medidas de isolamento social.

O aumento da ocupação dessas instalações gerou problemas na divisão do espaço e dos equipamentos. Mas auxílios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) custearam a aquisição de instrumentos científicos e computadores para os pesquisadores que ficaram desalojados. Nos últimos dois anos, o laboratório molecular do Departamento de Vertebrados foi até ampliado para dar vazão à maior demanda de análises. Hoje estuda-se a aquisição de um microtomógrafo, que permitiria a ampliação dos estudos de morfologia não apenas na área de vertebrados, mas também em outros setores do museu, como paleontologia e antropologia biológica.

Como uma parte significativa dos projetos de pesquisa tocados por equipes do museu depende de viagens de campo, esse tipo de investigação científica sofreu menos em razão do incêndio. Ao lado de Kellner, a também paleontóloga Juliana Sayão coordena o projeto Paleoantar, vinculado ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar). “Em novembro de 2018, dois meses depois do incêndio, fomos para a Antártida. Voltamos de lá com mais de 1 tonelada de fósseis e chegamos a inaugurar uma exposição logo no início de 2019 na Casa da Moeda com o material que coletamos”, relembra Sayão. Desde 2015, uma equipe de oito pesquisadores, composta por professores e alunos de pós-graduação do MN e de outras insti-

tuições, acampa todo verão, entre 20 e 50 dias, no continente gelado em busca de vestígios do passado remoto da Antártida. No ano passado, Kellner apresentou ossos de pterossauros, répteis alados, que viveram há cerca de 85 milhões de anos e tinham sido encontrados em expedições a duas ilhas da península antártica. Os fósseis estavam no Palácio de São Cristóvão no momento do incêndio, mas alguns deles foram resgatados e puderam ser estudados.

**N**este ano, mais dois artigos derivados das viagens à Antártida foram publicados: um descreve uma nova espécie de lagostim, *Hoploparia echinata*; outro destaca a primeira ocorrência de um tipo de coral fóssil na ilha James Ross. No próximo verão antártico, entre dezembro e março, não será possível retornar ao trabalho de campo por causa da pandemia. Os paleontólogos do MN continuarão dedicados à produção de trabalhos acadêmicos a partir de material já coletado. “Conhecendo o passado da Antártida e todos os processos que levaram ao seu congelamento, conseguimos entender a biodiversidade distribuída por todo o nosso planeta”, ressalta Sayão.

Os trabalhos de campo de outras equipes do MN também não pararam em função do desastre. Nesse momento, em meio à pandemia, a astrônoma Maria Elizabeth Zucolotto, do setor de meteorítica do museu, lidera uma expedição ao sertão pernambucano. Houve uma chuva de meteoritos sobre a pequena cidade de Santa Filomena. Desde agosto, a pesquisadora está atrás de amostras desses fragmentos de corpos sólidos oriundos do espaço. O Departamento de Invertebrados, que perdeu toda a coleção de aracnologia, intensificou sua programação de coletas desse grupo de artrópodes a fim de repor o material consumido pelas chamas. Enquanto o Palácio de São Cristóvão aguarda sua reconstrução, os pesquisadores não ficam de braços cruzados. ■

Uma cobertura provisória protege a fachada e o interior da instituição

